

**IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 10ª  
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**

**O I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E O IMPOSTO SOBRE  
LUCROS EXTRAORDINÁRIOS: UM EMBATE ENTRE INDUSTRIALISTAS E  
LIBERAIS**

**Carlos Henrique Lopes Rodrigues - UFVJM - chlrodrigues@yahoo.com.br**

**Área Temática 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia**

# **O I CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E O IMPOSTO SOBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS: UM EMBATE ENTRE INDUSTRIALISTAS E LIBERAIS**

Carlos Henrique Lopes Rodrigues - UFVJM - chlrodrigues@yahoo.com.br

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo resgatar o debate ocorrido no I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro em 1943, que demonstra uma preocupação com as transformações ocorridas na economia brasileira durante a II Guerra Mundial e a política econômica a ser implementada no pós-Guerra. Enquanto os industrialistas liderados por Roberto Simonsen defendiam a necessidade de acirramento do desenvolvimento industrial, os liberais representados por Eugênio Gudin acusavam as indústrias de estarem incorrendo em lucros extraordinários e aumentando a inflação brasileira. Desta forma, recorreremos a esse debate nos parece possibilitar uma maior compreensão da realidade econômica brasileira que até hoje não superou essa discussão entre desenvolvimento industrial e agrícola.

**Palavras-Chave:** protecionismo; liberalismo; industrialização.

## **Abstract**

This article aims to rescue the debate occurred at the First Brazilian Congress of Economics, held in Rio de Janeiro in 1943, which demonstrates a concern with the changes in the Brazilian economy during World War II and the economic policy to be implemented in post-War. While industrialists led by Roberto Simonsen advocated the need for intensification of industrial development, the liberals represented by Eugenio Gudin accused the industries of incurrence in extraordinary profits and increase of inflation in Brazil. Thus, resorting to this debate seems to facilitate a greater understanding of the Brazilian economic reality which has not exceeded this discussion between industrial or agricultural development.

**Keywords:** protectionism, liberalism, industrialization.

## **O I Congresso Brasileiro de Economia e o Imposto Sobre Lucros Extraordinários: um embate entre industrialistas e liberais**

Carlos Henrique Lopes Rodrigues\*

O Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943, marca um momento muito fértil do debate entre industrialistas e liberais. Nesse evento foram discutidas as melhores maneiras de o Brasil conseguir alcançar seu desenvolvimento, principalmente no período em que o fim da Segunda Guerra Mundial se anunciava e a perspectiva de um surto liberalizante em nível mundial, após o conflito bélico, preocupava principalmente os industriais. Nesse sentido, a ideia era definir as medidas necessárias para o governo levar adiante as transformações ocorridas em nosso país. As indústrias ainda foram acusadas de estarem incorrendo em lucros extraordinários, trazendo com isso a carestia de vida para a população e pressões contra esse surto industrial ocorrido no período do conflito bélico.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia ocorreu no período de 25 de Novembro a 18 de Dezembro de 1943, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e realizado em sua sede Social.

A composição do Congresso foi a seguinte: Presidente de Honra, Getúlio Vargas, então Presidente da República; Presidente Efetivo, João Daudt d'Oliveira, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Vice-Presidente, Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Órgão de Direção Técnica, Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Presidente, Daniel de Carvalho; Membros, Alde Feijó Sampaio, Eduardo Lopes Rodrigues, Eugênio Gudín, Euvaldo Lodi, Gastão Vidigal, Gileno de Carli, José Lourdes Salgado Scarpa, Luiz Simões Lopes, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Mário Brant, Napoleão de Alencastro Guimarães, Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Simonsen; Secretário Geral, Luiz Dodsworth Martins.

A proposta do Congresso fora ousada, destinando-se “especialmente ao exame e ao debate dos principais problemas econômicos brasileiros em face da situação mundial”<sup>1</sup>.

---

\* Economista pela UNESP, Araraquara, Mestre em História Econômica pela UNICAMP, Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.  
E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br.

Tinha como objetivo alcançar “qualquer” um dos três resultados que seguem expostos: “1º - trazer à luz os diversos pontos de vista acerca dos principais problemas econômicos brasileiros do momento; 2º - despertar e revelar as capacidades nos variados setores em que eles se agrupam; 3º - preparar a formação de uma agência permanente, que zele pela realização dos planos estudados pela continuidade de exame das situações”<sup>2</sup>. Esses objetivos do Congresso revelam a preocupação que havia em discutir e definir, com os representantes das entidades participantes, um caminho a ser seguido pelo Brasil, principalmente na situação em que a indústria já se encontrava estruturada.

Foram criadas oito comissões técnicas: I) Produção Agrícola e Industrial; II) Circulação e Transportes; III) Moedas e Bancos; IV) Investimentos; V) Finanças Públicas; VI) Planos Internacionais e de Caráter Social; VII) Pesquisas e Estudos Econômicos e; VIII) Comissão de Atividades Econômicas do Estado<sup>3</sup>.

Houve no Congresso a participação de 192 entidades representadas, além de 234 membros. Dentre as 8 Comissões Técnicas, Roberto Simonsen foi presidente da Comissão Técnica denominada Produção Agrícola e Industrial e Eugênio Gudín foi presidente da Comissão Técnica intitulada Moedas e Bancos, tendo como vice-presidente Otávio Gouveia de Bulhões. A participação de Simonsen e Gudín foi intensa, principalmente nos debates sobre as propostas a serem aprovadas.

Na sessão Solene de Instalação do Congresso realizada no dia 25 de novembro de 1943, às 17h, no Palácio Tiradentes, discursaram o Presidente Getúlio Vargas, João Daudt d’Oliveira, Artur de Souza Costa e Roberto Simonsen.

Após a abertura do Presidente Getúlio Vargas, discursou João Daudt d’Oliveira, presidente efetivo do Congresso, ressaltando a importância da organização das classes produtoras aos problemas econômicos do período em questão e as perspectivas e melhor forma de o Brasil se organizar para o período que se anunciava. Em suas palavras: “todos os países, no espírito de seus dirigentes e de suas classes, estão se preparando para o advento de novas formas de organização econômica e social”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> *Anais do I Congresso Brasileiro de Economia*. Volume 1, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1943, p. 11.

<sup>2</sup> *Idem*, op. cit., p.12.

<sup>3</sup> *Idem*, op. cit., pp.13-5.

<sup>4</sup> *Idem*, op. cit., p.67.

Havia uma evidente preocupação em relação ao papel que países como o Brasil, de industrialização incipiente, teriam no contexto do pós-guerra. Defendia o congressista ser indispensável para o país a adoção de uma política industrialista para o aumento da renda nacional, a qual “jamais será alcançada se predominarem a atividade agrícola e a produção de matérias-primas como formas fundamentais de vida econômica de nosso povo”<sup>5</sup>.

Em seguida, discursou o Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, enfatizando a renegociação da dívida externa brasileira, efetuada naquele ano, cujo objetivo principal era o de interromper as aquisições de empréstimos exteriores para o pagamento dos empréstimos que estavam vencendo. Era uma tentativa a seu ver exitosa, de diminuição dos encargos da dívida externa e utilização dos empréstimos vindouros, em sua maior parte, na construção de obras públicas, entre outras, para o desenvolvimento nacional, pois constatava o governo que “à medida que o abuso de crédito se intensificava, os credores aumentavam suas exigências, e as nossas rendas alfandegárias e os impostos internos foram sendo objeto de garantia de tais operações”<sup>6</sup>.

Com essa renegociação, defende o Ministro que agora poderá o Brasil promover a importação de bens de consumo duráveis, além de máquinas e equipamentos para a organização industrial, pois o dinheiro arrecadado pelo governo não mais terá como destino as mãos dos credores internacionais; isso abre uma perspectiva para uma intensificação do processo de industrialização brasileiro.

Logo após, discursou Roberto Simonsen, reconhecendo a importância do Congresso, a evolução pela qual passou o Brasil naquele período de guerra e a necessidade da melhoria da renda nacional para propiciar melhores condições de vida ao povo brasileiro. Simonsen ainda ressaltou a relevância do Congresso para o recém criado Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Dentro da metodologia adotada no Congresso, inicialmente, as teses eram enviadas à sua secretaria que as direcionava para a apreciação dos relatores, os quais davam seu parecer dizendo se eram pertinentes ou não, e se mereciam alguma alteração. As propostas que passavam por esse crivo eram encaminhadas para suas respectivas Comissões Técnicas que, após a apresentação e discussão das teses, enviavam-nas à Comissão de Redação,

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>6</sup> Idem, *op. cit.*, p.85.

incumbida de examinar se as conclusões das teses eram coerentes entre si e se as conclusões se harmonizavam com as teses já examinadas. Em seguida, as teses que porventura necessitassem de revisão eram distribuídas aos relatores. Após este trabalho, a Comissão de Redação encaminhava as recomendações finais para a aprovação ou rejeição no Plenário.

Eugênio Gudín enviou a tese intitulada “Produtividade e Preços”, que caracterizava a diferença existente entre a produção agrícola e a produção industrial, destacando o caráter inelástico dos produtos agrícolas e a dificuldade de controlar sua oferta de acordo com a demanda de mercado. Para ele, isso ocorre porque a produção agrícola está na dependência das condições meteorológicas e, diferentemente, a produção industrial está subordinada à vontade dos homens; desta forma, em momentos de diminuição da demanda, enquanto a produção industrial é diminuída, a produção agrícola não pode ser alterada. Em fases de prosperidade, de aumento da demanda, enquanto a produção industrial é aumentada, a produção agrícola não dispõe desse mesmo privilégio, “enquanto a agricultura está sujeita à lei dos rendimentos decrescentes, a indústria trabalha, até certo ponto, em regime de rendimento crescente à medida que aumenta a produção”<sup>7</sup>. Isso explica a discrepância dos preços dos produtos agrícolas e industriais.

Apesar da constatação das vantagens da indústria sobre as atividades agrícolas, para Gudín, as nações agrícolas não podem transferir seus fatores de produção para as indústrias, pois cada nação tem de respeitar suas especificidades, o que refletirá de forma direta no padrão de vida de cada país. Para ele, “o padrão de vida do povo brasileiro será muito mais elevado se ele trocar 1000 sacas de café que ele produz barato por dois automóveis que ele produz caro, do que se ele fabricar os dois automóveis que lhe custariam o equivalente de 2000 sacas de café”. Gudín nos revela a sua admiração pela “Lei das Vantagens Comparativas”, de David Ricardo e, para completar seu raciocínio e defender a necessidade do fortalecimento da agricultura naquele momento, argumenta: “o povo que dispõe de bons elementos de produtividade agrícola e de escassos fatores de produção industrial será economicamente muito mais feliz devotando-se à agricultura do que à indústria”<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> *Anais do I Congresso Brasileiro de Economia*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Mauá, p.319.

<sup>8</sup> *Idem*, op. cit., p.321.

Para a instalação de uma produção industrial, é essencial que haja capital. Nesse sentido, argumenta Gudin que em alguns países a produção agrícola atingiu alta produtividade e esta produtividade se deveu às condições naturais, evidenciando, a seu ver, que “uma nação que deseja se industrializar deve procurar estimular a formação de capitais nacionais e importar capital estrangeiro em condições economicamente favoráveis(...). E o capital nacional só se pode formar pela produtividade de atividades econômicas já existentes no país”<sup>9</sup>.

Outra necessidade que há para o país se industrializar é a capacitação técnica da população, através da educação, porque na ausência de capital e capacidade técnica, recorre-se, como vem acontecendo no Brasil, na visão do autor, a um excessivo protecionismo aduaneiro. Em suas palavras:

“As nossas indústrias não podem, desde logo, concorrer com as dos países de industrialização consolidada, que dispõem de pessoal habilitado, de sólida situação financeira e de rendimento elevado pelo volume da produção. Durante o período de criação e organização das indústrias, o protecionismo aduaneiro é uma necessidade geralmente reconhecida. Foi assim que se industrializou a Alemanha a partir de 1870 e que ela se tornou, em menos de 50 anos, um grande país exportador de produtos industriais. [Contudo] a manutenção indefinida da proteção aduaneira, sem que as indústrias nacionais jamais atinjam a maturidade, só teria como resultado o encarecimento dos produtos e a baixa do padrão de vida da população”<sup>10</sup>.

A política de desvalorização cambial é encarada, também, como maléfica à nação, pois cria um protecionismo às mercadorias produzidas internamente, uma vez que encarece o produto estrangeiro e possibilita a venda dos produtos nacionais em maiores quantidades. Para Gudin, esta desvalorização é duplamente danosa para o Brasil, “internamente criando desequilíbrios e injustiças sociais em que poucos enriquecem à custa do sacrifício de muitos; externamente, empobrecendo o país pela piora de sua ‘relação de troca’, isto é, fazendo-o dar ao estrangeiro maior quantidade de produtos nacionais em troca da mesma quantidade de produtos estrangeiros”<sup>11</sup>.

Reconhece Gudin que o Brasil não é um país essencialmente agrícola, pois não possui terras tão férteis se comparado, por exemplo, à Argentina. Entretanto, algumas terras são boas para determinadas culturas, como o café em São Paulo, o algodão em Minas

---

<sup>9</sup> Idem, op. cit., p. 322. Ainda ressalta o autor, que sendo “lento o processo de acúmulo de capital nacional, os povos que se alfabetizaram, se instruíram e depois se industrializaram recorreram em larga escala ao capital estrangeiro”.

<sup>10</sup> Idem, op. cit., p.323.

<sup>11</sup> Idem, Ibidem.

Gerais etc., o que demonstra que “a nossa produção deve, portanto, ser orientada no sentido de uma economia mista, agrícola, extrativa e industrial. A preocupação constante, o objetivo máximo, no sentido agrícola e pecuário, como no industrial é o aumento da produtividade”<sup>12</sup>.

Enquanto o Brasil não chega à fase de expansão industrial, para Gudin, quem continuará pagando as importações para o reaparelhamento de nossa economia é a agricultura e aí se apresenta o grande problema da disparidade de preços entre os produtos agrícolas e os produtos industriais. Desta forma, Eugênio Gudin contrapor-se-á ao protecionismo porque, em sua visão, promove uma indústria que onera o custo de vida no país, pois “contentar-se com o produto mau e caro, só porque é nacional, é empobrecer o país. Produzir trilhos a 3 cruzeiros o quilo em vez de importá-los a 1 cruzeiro e pouco, em troca de café ou algodão economicamente produzidos, é retardar, em vez de acelerar, o ritmo de nosso progresso”<sup>13</sup>.

No plano internacional, para resolver o problema da inelasticidade da oferta do produto agrícola em função do preço – identificada por Gudin como um dos motivos da Grande Depressão de 1929, em que os países industriais não tiveram seus produtos demandados no mercado internacional porque os países agrícolas não dispunham de recursos, devido à baixa do preço de seus produtos – propõe o autor, como proporá também na Conferência de Bretton Woods, na qual foi delegado, que se crie “organismos internacionais destinados a amortecer as oscilações dos produtos agrícolas”<sup>14</sup>.

Roberto Simonsen não enviou nenhuma tese, mas foi publicado nos Anais do Congresso seu trabalho apresentado no auditório dos Serviços Hollerith, no dia 8 de Outubro de 1943, intitulado *Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de após Guerra*. Nesse trabalho demonstra a sua concepção, diametralmente oposta a de Eugênio Gudin, sobre a melhor forma de se aumentar a renda nacional brasileira naquele momento que se iniciava.

Para Roberto Simonsen, o término da Guerra assinalaria um período de harmonia e paz, com desenvolvimento mais igualitário entre as nações, e os Estados Unidos seriam o baluarte desse processo pelo seu fortalecimento econômico durante a Guerra, e pelas

---

<sup>12</sup> Idem, op. cit., p.324.

<sup>13</sup> Idem, Ibidem.

<sup>14</sup> Idem, Ibidem.



transformações havidas nos países da América Latina, principalmente o Brasil<sup>15</sup>, além do esforço desses países no período da Guerra em apoio às tropas Aliadas.

A política do pós-guerra, principalmente nos países da América Latina, deveria ser orientada de acordo com duas preocupações fundamentais, quais sejam: “como elevar a renda nacional em um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que juntamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna?”<sup>16</sup>. Sem sombra de dúvidas, a resposta a essas questões que norteariam a política econômica dos governos está na industrialização, para Simonsen, através de medidas coordenadas e protetoras por parte do Estado.

Simonsen defenderá a indústria e a produção em massa, a partir do desenvolvimento do mercado interno, como forma de baratear os custos de produção, empregar um maior número de pessoas nesse setor e, conseqüentemente, aumentar a renda nacional que se encontra muito baixa. Isto, porque:

“Nas indústrias manufatureiras se desfrutam, por toda parte, melhores salários que na agricultura. Aí os obreiros participam de uma atividade que emprega maior soma de fatores derivados da técnica, do capital e da organização(...). Pela produção em massa de gêneros dos de primeira necessidade, e pela sua distribuição, sob critério rigorosamente econômico, baratearíamos seu custo, proporcionando também maiores proventos aos que se entregam a esse labor. De outro lado, fortaleceríamos o salário real de todos os que vivem nos grandes centros. Essa política teria que ser feita paralelamente à de uma intensa industrialização do país. E quanto mais se aperfeiçoam os processos de trabalho na terra, maior será o número de colonos de que necessitamos para uma determinada produção agrícola”<sup>17</sup>.

Reconhece também Roberto Simonsen que, na troca internacional entre produtos agrícolas e produtos industrializados, os primeiros levam desvantagem em relação aos segundos. Em suas palavras:

---

<sup>15</sup>De acordo com Simonsen, “progredimos no trato dos nossos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional e na formação dos nossos técnicos; melhoramos várias indústrias; criamos grande variedade de tipos novos de matérias-primas nacionais; mas nossa atividade produtora em geral não cresceu em ritmo que se comparasse ao de nossos grandes aliados”. Roberto SIMONSEN. “Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial” (Conferência Pronunciada a 8 de Outubro de 1943 no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958, p.21.

<sup>16</sup> Idem, op. cit., p.22.

<sup>17</sup> Idem, op. cit., pp.28-9.

“Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados ‘produtos coloniais’, promove-se de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado”<sup>18</sup>.

Assim, a grande preocupação do governo nacional deveria ser a adoção de uma política industrial, através de uma intervenção direta na economia, um planejamento e tarifas protecionistas.

A tese de Eugênio Gudín e o trabalho de Roberto Simonsen, discutidas durante o Congresso, redundaram em intenso debate, no qual ficou clara a posição liberal de Gudín e a posição intervencionista de Simonsen.

Após receber as teses, a Comissão de Redação reuniu-se nos dias 09, 10, 13, 14, 15, 16 e 17 de dezembro com o objetivo de harmonizar as teses recebidas sem, contudo, rejeitar ou promover alterações que modificassem sua essência. Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, entre outros, tiveram participação ativa nessa Comissão.

Roberto Simonsen apresentou as teses da Comissão da qual era presidente: Produção Agrícola e Industrial. Ao ler sobre o suprimento de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países devastados pela Guerra, percebeu que não havia nenhuma referência ao café e ao algodão, pois os agricultores de São Paulo não participaram do Congresso. A partir dessa constatação, Simonsen recomendou que fosse feita uma indicação para a produção dessas culturas. O fato de os agricultores de São Paulo não terem participado do Congresso fez com que se insinuasse que eles não tinham nenhuma reclamação a fazer. João Daudt d’Oliveira esclareceu que ele mesmo fez o convite, em São Paulo, a essa classe produtora, dada a importância da agricultura, mas que eles julgaram que o convite chegara tarde demais, argumentaram que não havia tempo hábil para a formulação de uma tese para a agricultura. Os Congressistas discordaram, alegando que eles tinham um departamento especializado no assunto e que 30 dias seria tempo suficiente para a elaboração de uma tese sobre a agricultura. As recomendações foram sugeridas pelos representantes da FIESP, principalmente por Roberto Simonsen, demonstrando a

---

<sup>18</sup> Roberto SIMONSEN. “Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial”. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. Op. cit., p.290.

preocupação dos industriais com a agricultura brasileira, e prontamente aprovadas<sup>19</sup>. Contudo, cabe ressaltar que, de acordo com Corsi, “as propostas para a agricultura voltaram-se, sobretudo, para incrementar a produção de alimentos e com isso baratear a força de trabalho e não para as exportações”<sup>20</sup>.

Na 3ª Sessão da Comissão de Redação realizada no dia 13, na qual Roberto Simonsen não se encontrava presente, um tema bastante polêmico foi abordado por Gudin: a aquisição de ouro por parte do governo brasileiro. Considerava que a compra de ouro levava a uma absurda política de emissões, causadora de inflação, pois o Banco do Brasil comprava ouro emitindo notas e aumentando assim os meios de pagamentos em circulação, além do que a compra de ouro não era essencial<sup>21</sup>. Daniel de Carvalho contra argumentou que no Brasil a exportação de ouro estava proibida e se o governo cessasse a compra não haveria mais trabalho nas áreas de exploração do metal<sup>22</sup>. Finalmente chegou-se a um consenso: recomendar-se-ia que não mais se devia emitir para comprar ouro, procurando-se outros meios de manter a exploração desse metal, sem prejuízo à indústria extrativa.

Após as discussões na Comissão de Redação, houve as discussões no Plenário, nos dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro, cujo objetivo era o de aprovar ou não as teses encaminhadas pela Comissão de Redação.

O Presidente João Daudt d’Oliveira iniciou a Sessão ressaltando a repercussão que o Congresso alcançou, tanto no Brasil como no exterior, e elogiou o compromisso dos participantes com o “futuro econômico de nossa terra”<sup>23</sup>. Em seguida, foi passada a palavra ao secretário Luiz Dodsworth Martins, que elucidou a importância desse Plenário: “o Plenário constitui o último filtro das conclusões aceitas pelas Comissões Técnicas e das recomendações formuladas pela Comissão de Redação”<sup>24</sup>.

O primeiro trabalho a ser submetido à apreciação do Plenário é o da Comissão III – Moedas e Bancos, presidida por Eugênio Gudin. Discutia-se a criação do Banco Central e essa discussão se estendeu para a questão da inflação; analisando a proposta, os

---

<sup>19</sup>Para CORSI, “a reduzida participação de entidades ligadas à agricultura, evidenciava-se inclusive no fato de as propostas iniciais referentes ao setor terem sido elaboradas por técnicos da FIESP”. FRANCISCO LUIZ CORSI. *Os Rumos da Economia Brasileira no Final do Estado Novo (1942-45)*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1991, p.132.

<sup>20</sup> Idem, op. cit., p.141.

<sup>21</sup> Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, Volume 2, op. cit., pp.145-6.

<sup>22</sup> Idem, op. cit., p.147.

<sup>23</sup> Idem, op. cit., pp.273-4.

<sup>24</sup> Idem, op. cit., p.275.

congressistas concluíram que ela não aconselhava a criação imediata do Banco Central, mas a de uma organização capaz de ir preparando o ambiente para a formação do instituto. Sobre a inflação, Roberto Simonsen em seu depoimento enquanto produtor revela:

“no Brasil existe, no momento, grande inflação. Esta não decorre, entretanto, como disse o Sr. Eduardo Lopes Rodrigues, do excesso de lucros. Onde se nota maior inflação é no Distrito Federal, onde não se registram os maiores índices de produção. Eis a prova evidente de que o fenômeno se verifica através da inflação monetária. Esta não decorre apenas devido às grandes emissões do Tesouro, com a velocidade verificada, mas, ainda pela importação de capitais, oficial ou clandestinamente, e o seu emprego em bens imóveis. Temos uma inflação monetária, não só pela inflação do poder aquisitivo, como também pela vinda de capitais estrangeiros”<sup>25</sup>.

Após longa discussão, o Presidente da Sessão, João Daudt d’Oliveira, colocou em votação a proposta de que se devia criar um organismo provisório, destinado a orientar e dirigir, temporariamente, a política monetária, creditícia, e preparar os elementos de organização do Banco Central. A proposta foi aprovada com 4 votos contrários e uma ressalva de Roberto Simonsen, que votou a favor, sem, contudo, excluir a hipótese desse organismo provisório constituir-se dentro do próprio Banco do Brasil<sup>26</sup>.

Ainda, Roberto Simonsen requereu ao Plenário um aditivo que permitisse ao Banco do Brasil servir como órgão de preparo do ambiente necessário ao lançamento do Banco Central, pedido aprovado e remetido à Comissão de Redação para ulterior votação em Plenário.

Na discussão do Grupo II, Medidas de Combate à Inflação, a discussão foi acirrada, Eugênio Gudín ressaltou o item 4, mantido pela Comissão de Redação, que versava sobre o excesso dos meios de pagamentos. Roberto Simonsen foi um dos que pediram que esta conclusão voltasse à Comissão de Redação, defendendo que o objetivo dessa recomendação foi:

---

<sup>25</sup> Idem, op. cit., p.298. Continuando seu discurso e defendendo os lucros, resalta Roberto Simonsen: “o lucro é função da produção do país. O Brasil é pobre. Esses lucros apontados são ainda pequenos em relação aos de que carecemos. Se V. Ex. comparasse os lucros que estamos tendo hoje com o que os Estados Unidos auferiram em 1914, com a guerra, verificaria que os nossos são ridículos. Os Estados Unidos, com os lucros de guerra, pagaram todas as suas dívidas, passando de país devedor a país credor. O encarecimento extraordinário da vida constitui prova evidente de que a inflação é, principalmente monetária. Justamente o Banco Central não visa emitir, mas regular e condicionar a emissão às necessidades da produção. Ninguém pode ser contra o Banco emissor, criado em moldes clássicos. O Banco Central passa a emitir com um critério técnico, científico. Não é um meio de consertar a inflação querer avançar nos lucros honestamente obtidos pela indústria e pelo comércio. Os lucros devem ser incentivados para que a produção aumente”. Idem, op. cit., p.299.

<sup>26</sup> Idem, op. cit., p.308.

“sugerir ao governo um meio de obter moeda para adquirir câmbios de exportação sem efetuar novas emissões, gravando a inflação. Desta forma, poderá o governo continuar a manter a política de estabilidade relativa do nosso câmbio, sem lançar mão da inflação ou dos meios inflacionistas, para ocorrer este excesso de cambiais disponíveis”<sup>27</sup>.

Roberto Simonsen ressalta que, de acordo com a conclusão inicial, em relação às empresas agrícolas, comerciais e industriais, o proposto Banco Central seria o responsável para julgar as condições compensadoras para essas empresas se expandirem, no tocante ao desconto de Letras do Tesouro oferecidas a elas, de títulos vinculados à importação para seu reaparelhamento econômico. O que Simonsen queria explicitar é “não parecer, de forma alguma, que deixamos ao arbítrio do Banco do Brasil ou do Governo julgar quais sejam as condições compensadoras, mas sim nós, comerciantes, industriais e agricultores, no mercado livre da oferta e da procura, descobriremos quais as condições vantajosas”<sup>28</sup>.

Essa discussão deslizou para as causas da inflação brasileira, uns acusando o excesso dos meios de pagamentos, outros os lucros extraordinários das indústrias. A partir desta última constatação, foi proposta uma taxa de 100% sobre os lucros extraordinários; por fim, para dar termo ao debate, o Presidente da Sessão propôs o julgamento da proposta inicial, vinda da Comissão de Gudin e alterada na Comissão de Redação, por conta das propostas de Simonsen. A proposta foi aprovada, porém, votando contra o Presidente do Sindicato dos Economistas de Pelotas, Eduardo Lopes Rodrigues e Eugênio Gudin; este último argumentou que votou contra pessoalmente e não na qualidade de membro da Comissão. A tese foi aprovada como a de número 136, conforme segue:

“que o excesso de meios de pagamentos, resultantes da necessidade da compra de letras de exportação sem a correspondente contrapartida de importações, seja, tanto quanto possível, absorvido mediante o desconto de letras do Tesouro e o oferecimento pelo Banco do Brasil, em condições compensadoras, às empresas agrícolas, comerciais e industriais, de títulos, em moeda nacional ou em divisas, vinculadas à importação para seu reaparelhamento econômico”<sup>29</sup>.

O fato de não ter havido nenhum debate mais aprofundado sobre os lucros extraordinários das indústrias nos leva a crer que a predominância no Congresso de setores

---

<sup>27</sup> Idem, op. cit., p.429.

<sup>28</sup> Idem, op. cit., pp.429-30.

<sup>29</sup> Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, Volume 1, op. cit., p.163.

ligados à indústria e ao comércio, através da liderança de Roberto Simonsen, limitaram esse debate e nenhuma recomendação fosse sugerida acusando esses lucros. Contudo, sabemos que o governo Getúlio Vargas taxou os lucros das indústrias e do comércio que foram considerados extraordinários. Vamos, agora, nos remeter a este debate, que muita movimentação causou no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Além de não contar com uma política protecionista que se preocupasse com o desenvolvimento das indústrias brasileiras, no período da Segunda Guerra Mundial as indústrias nacionais foram acusadas de estarem obtendo lucros extraordinários. Gudin, em sua Carta à Comissão de Planejamento Econômico, considera que a indústria nacional “não satisfeita de realizar durante a Guerra lucros astronômicos, ainda tem a coragem de invocar (e obter) no pós-guerra o amparo do Estado para elevar ao infinito as tarifas aduaneiras(...)”<sup>30</sup>. Os industriais se defendiam considerando que os lucros não eram extraordinários e que significavam um resultado do período de Guerra. Legitimando os lucros das indústrias, considera Antônio Pereira:

“Primeiramente o custo da produção, entre nós, aumenta continuamente: é a matéria-prima que dobrou e redobrou de preço, são os transportes que encarecem em larga escala, o seguro que cresceu em percentagem elevada, são os salários que sofreram sensíveis acréscimos, são os impostos e taxas que multiplicaram, e são os ônus da legislação social que, dia a dia, assumem grandes proporções. Tudo isso concorre, sensivelmente, para diminuir a cifra dos ganhos econômicos, tornando-os precariamente fictícios e efêmeros. Em segundo lugar, cumpre levar em conta – e é importante este ponto – que, na crise anterior à guerra, assinalada por toda gente, as empresas arcaram com enormes prejuízos, sofrendo sensíveis desfalques de seus capitais, maquinarias, *stocks* e, sobretudo, na sua capacidade de produção. Os lucros atuais vieram, conseqüentemente, compensar, em parte, as perdas passadas, cobrindo déficits e restaurando, em toda sua plenitude, o trabalho industrial. E diz-se em grande parte, porque os encargos vigentes da produção absorveram, em outros aspectos, o restante dos lucros”<sup>31</sup>.

Na primeira Reunião do ano de 1944, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/FIESP), realizada em 5 de janeiro, a preocupação com a implementação da taxaçoão sobre os lucros

---

<sup>30</sup> Gudin, Eugênio GUDIN. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.220.

<sup>31</sup> Antônio Horácio PEREIRA. *O imposto sobre lucros extraordinários (comentários gerais: histórico, sistema de tributo e legislação)*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944, p.18.

extraordinários era evidente, principalmente porque o Ministro havia convocado o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Euvaldo Lodi, e o presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil, João Daudt d'Oliveira, para a apreciação do projeto, o qual pretendia-se promulgação já no dia seguinte.

Euvaldo Lodi ditou o projeto para a estenografa de Roberto Simonsen, pois não conseguiu anuência do Ministro para enviá-lo à sua representação de classe. Roberto Simonsen e um grupo de industriais que com ele analisou o projeto concluíram que este era extremamente prejudicial aos setores industrial e comercial. Em suas palavras, temos que o projeto é:

“profundamente injusto, porque vai ferir, desigualmente, os vários setores da produção. Em 1939 e 1940, a indústria de fiação e tecelagem estava em plena crise; como tomar esse biênio como base de lucros normais?(...). Há outra face do projeto que é profundamente lamentável: é o seu aspecto demagógico que procura cristalizar, no conceito público, a condenação à obtenção de lucros. Certamente: condeno os lucros provindos de fáceis especulações ou de manobras bolsistas e de altas artificiais, como prejudiciais; mas, em tese, são os lucros que permitem a formação de capitais e sem estes não há progresso, e, portanto, não se obterá melhoria do padrão de vida, em qualquer país.<sup>32</sup>”

Havendo dissenso sobre o projeto, Euvaldo Lodi e João Daudt d'Oliveira conseguiram um adiamento de sua implementação, o que fez com que as classes representadas se organizassem e Roberto Simonsen entrasse em contato com o Ministro e com o Interventor de São Paulo, entre outras autoridades. Deixava claro Simonsen que, no contexto de guerra, haveria a necessidade de ajudar a custeá-la e que a classe industrial não estava se esquivando de sua obrigação de contribuir com o Erário; contudo, da forma que estava exposto no projeto, significaria prejudicar a indústria nacional e, principalmente, o comércio<sup>33</sup>.

Os lucros do setor industrial e comercial eram tidos como um dos causadores da inflação, por isso, taxar esses lucros, além da possibilidade de diminuir a inflação, significava também contribuir no orçamento do governo para equiparar o aumento de gastos relativo aos esforços de guerra. Roberto Simonsen discorda da assertiva de que a

---

<sup>32</sup> *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 5 de Janeiro de 1944, p.6.

<sup>33</sup> Para Simonsen, op. cit., p.7, “o comércio seria muito mais prejudicado que a indústria, porque em relação a esta, há uma ressalva em favor dos lucros industriais que forem aplicados no reequipamento das fábricas. Mas o comércio não tem máquina, de modo que ficaria numa situação de ser fortemente taxado”.

inflação brasileira se deve aos lucros da indústria ou do comércio; em sua opinião, a origem da inflação provém da emissão de papel moeda. Por isso, no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia foi proposto que o governo não mais emitisse papel-moeda para adquirir ouro e que procurasse diminuir o excesso de meios de pagamentos através das Letras do Tesouro. Nas palavras de Simonsen, temos:

“as pessoas que acompanham a publicação dos balanços mensais da Caixa de Amortização devem ter verificado que estamos emitindo hoje uma média de cerca de Cr\$ 200.000.000,000 por mês. E os sintomas da inflação são evidentes. O Sr. Ministro Souza Costa sustenta o princípio de que o Tesouro não está fazendo a inflação, alegando ser a nossa moeda forte, porque existe, como contrapartida, ouro depositado no estrangeiro(...). A inflação ameaça agravar-se continuamente, pela emissão, mesmo as destinadas a compra de ouro. O ouro só constitui, de fato, um lastro mobilizável para o numerário, quando pode ser livremente manobrado para tal fim. Mas, no momento em que o ouro está entesourado nos bancos no estrangeiro, e o governo não tem meios de importar mercadorias, se passa a emitir para comprar ouro e cambiais que não podem ser revendidos, está diretamente aumentando a inflação no país. A circulação deve ser de cerca de Cr\$ 12 bilhões de cruzeiros, quando, em 1939, era quatro bilhões de cruzeiros”<sup>34</sup>.

Roberto Simonsen se dirigiu à Capital Federal para, junto ao Ministro da Fazenda, discutir os pontos mais polêmicos do projeto sobre os lucros extraordinários. Na reunião do dia 26 de janeiro de 1944, Humberto Costa ressalta o êxito dessa viagem de Simonsen para as alterações necessárias do projeto<sup>35</sup>. Contudo, apesar de amenizar os impactos dessa taxa sobre a indústria e o comércio, Simonsen não considera que tenha havido vitória para as indústrias, pois para ele o grande problema é a ausência de uma política financeira de guerra por parte do governo brasileiro, que vem gerando a paradoxal situação de que quanto mais se exporta, maiores as dificuldades que se criam para o país. “No entanto, em vez de nos enriquecermos, se continuarmos a emitir para comprar cambiais que não podem ser revendidas, se persistimos nessa política de emissão para estes e outros fins, iremos

---

<sup>34</sup> Op. cit., p.8.

<sup>35</sup> “Meus senhores, disse que tivemos uma vitória e essa foi por termos conseguido com a atitude firme do nosso presidente que fossem atenuados quase todos os itens do antigo decreto: média de lucros baseado no biênio 1939-40. Agora, tivemos possibilidade de juntar dois anos de 1936 a 1940 e formar o nosso biênio. Sobre esses lucros ainda tivemos a possibilidade de acrescer 50%(...). Para as firmas que se fundaram de 1940 para cá, o projeto inicial concedia lucro normal somente 15%. Essa taxa foi elevada para 25%. Essa porcentagem de 25% pode se aplicar também às firmas já constituídas anteriormente a 1940, se assim o entenderem(...). O projeto inicial não isentava ninguém no Brasil e logo de início as classes produtoras conseguiram que uma certa cifra fosse considerada como normal. Iniciou-se em 200.000 de cruzeiros e finalmente os nossos representantes nos debates concluíram com 1.000.000 de cruzeiros”. Humberto Reis Costa, *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 26 de Janeiro de 1944, p.3.



inflacionando, cada vez mais, o meio circulante”. E as consequências dessa política econômica seriam:

“alta da mão-de-obra, alta das matérias-primas, alta dos produtos fabricados e o encarecimento geral da vida. Terminada a guerra, os países nossos concorrentes em que houve definida política financeira, vão encontrar o nosso com a produção industrial a preços muito mais elevados que antes da guerra, as tarifas fixadas em mil réis e relacionadas aos valores anteriores à guerra. Estaremos, então, em situação precária para a luta no terreno comercial”<sup>36</sup>.

Após longo debate, onde estiveram presentes as entidades representativas da indústria e do comércio, em 24 de janeiro de 1944 foram promulgados os decretos-lei n° 6.224 e 6.225, instituindo o tributo sobre os lucros extraordinários, bem como os “certificados de equipamento”<sup>37</sup> e os “depósitos de garantia”<sup>38</sup>, regulamentados pelo decreto n° 15.028, de 13 de maio de 1944. Estes dois últimos complementam o Decreto-Lei que criou a taxaço sobre os Lucros Extraordinários e têm como objetivo “facilitar as empresas contribuintes do imposto a dispensa do pagamento deste, uma vez preferam inverter importância ao dobro do gravame na aquisição de ‘certificados de equipamento’ ou na constituição de ‘depósitos de garantia’”<sup>39</sup>.

A introdução do imposto sobre lucros extraordinários, mesmo com a opção do industrial ou do comerciante de decidir se paga o gravame ou se adquire os “certificados de equipamento”, ou os “depósitos de garantia”, atende ao objetivo último do governo brasileiro – o de auferir rendas para a situação de guerra. O Brasil não foi o único país a aderir ao imposto sobre lucros, contudo, o fez de maneira menos organizada que a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, além da Argentina e do Uruguai. Os “certificados” e os “depósitos” traziam uma roupagem de preocupação com a modernização tanto das indústrias como do comércio brasileiro e, dentro do projeto proposto pelo

---

<sup>36</sup> Roberto Simonsen. *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 26 de Janeiro de 1944, p.5. Simonsen ainda ressalta que o Presidente da República está por realizar as nomeações para o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e que esse assunto será nesse Conselho tratado com maior ênfase.

<sup>37</sup> O certificado de equipamento “é um título nominativo e intransferível, rendendo juros mensais de 3%, emitido pelo Banco do Brasil por conta do governo, para ser resgatado em moeda de curso internacional, na data em que for possível ao portador adquirir máquinas e utensílios, no estrangeiro, para o reaparelhamento da sua empresa”. PEREIRA, op. cit., p.37.

<sup>38</sup> O depósito de garantia “é uma guarda de dinheiro, sob responsabilidade do Estado, feita pelos empregadores, no Banco do Brasil, com o escopo de fazer face a prejuízos que comprometam profundamente a situação da empresa, ou de realizar investimentos que sejam de utilidade do governo” Idem, Ibidem.

<sup>39</sup> Idem, op. cit., pp.36-7.

governo, em que as classes produtoras se reuniram para alterá-lo, estas classes organizadas conseguiram algum êxito, mas levaram em consideração a necessidade de “ajudar” o Brasil no contexto de Guerra, e não em assumir que os lucros auferidos fossem, de fato, extraordinários.

Retomando o I Congresso Brasileiro de Economia, temos a discussão em torno do Grupo IV da Comissão presidida por Gudin, intitulada Política Monetária, que foi bastante acalorada<sup>40</sup>. Inicialmente Eugênio Gudin leu as conclusões das teses de Otávio Bulhões, dizendo que a Comissão de Redação havia recomendado mais um item. Após a leitura, Gudin defendeu as propostas e sugeriu que, pelo fato de os 5 itens estarem interligados, deveriam ser votados em conjunto. Roberto Simonsen argumentou que pelo fato das propostas se apresentarem sob o signo de Política Monetária, não poderia aprová-las da maneira sugerida, pois “política monetária abrange uma série de fenômenos, de fatores que não estão somente adstritos à circulação monetária, propriamente. Dentro da política monetária se enquadram o crédito, o Banco do Brasil, as transferências e uma série imensa de problemas, ligados também, à circulação, mas não exclusivamente ligadas a ela”. A partir dessa constatação, Roberto Simonsen propôs que “se reunissem essas várias resoluções propostas pelo ilustre Dr. Otávio Bulhões, formando uma conclusão de ordem geral, marcando, exatamente, a compreensão que o Congresso tem do que seja uma política monetária”. Ressalta ainda Simonsen: “nestas condições, as conclusões da política monetária ficarão articuladas com outras que surjam no setor bancário, no setor de investimentos, e não terei dúvida em aceitá-las como se acham, salvo adaptações de redação aconselháveis”<sup>41</sup>.

Eugênio Gudin não concorda, acreditando que a emenda de Roberto Simonsen seja mais relativa ao sistema bancário em geral, mas Simonsen defende que política monetária

---

<sup>40</sup> De acordo com CORSI, “um dos pontos mais polêmicos do Congresso foi a discussão sobre qual a política monetária mais adequada naquele momento de aceleração inflacionária. As discussões giravam em torno de uma proposta de Otávio Gouveia de Bulhões, que defendia que a política monetária deveria centrar-se no combate à inflação por meio de um aperto monetário e creditício. No que diz respeito ao crédito, propunha uma política de controle seletivo, que deveria levar em consideração a situação de cada setor. O desenvolvimento deveria ocorrer com estabilidade de preços. Roberto Simonsen se opôs ao princípio geral que norteava a proposta de Bulhões e apresentou uma emenda no sentido de subordinar a política monetária à melhoria do nível de atividade econômica. Ou seja, tal política deveria pautar-se por estimular os negócios. Luiz Francisco CORSI. O I Congresso Brasileiro de Economia. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, Setembro de 2001.

<sup>41</sup> Anais do Primeiro Congresso de Economia, Volume 2, op. cit., p.459.

compreende o sistema bancário em geral. Com isso, Gudin recomenda que essa emenda seja adicionada à parte relativa aos bancos ou ao crédito agrícola. A partir daí, inicia-se um intenso debate entre Gudin, Simonsen e Bulhões sobre a questão da política monetária e sua caracterização.

Gudin afirma que a política monetária não pode formar capitais e Simonsen defende que “a política monetária, sendo uma série de doutrinas condizentes com o crédito, com os sistemas bancários e com a circulação, pode, mediante orientação adequada, canalizar economias populares para formar, em conjunto, capitais que serão aplicados por intermédio do Banco Central, ou sob a sua administração”<sup>42</sup>. Gudin afirma: “não posso concordar com uma tese que diz dever a política monetária ser baseada na formação de capitais. Seria largamente inflacionista”. Roberto Simonsen complementa: “absolutamente, V. Ex.<sup>a</sup> está confundindo. Inflação não forma capital. Não sou inflacionista. Ao contrário: a boa economia evita a inflação”<sup>43</sup>.

Roberto Simonsen elucida que quer definir o caráter geral da política monetária. Otavio Bulhões, a partir da proposta de Simonsen, que diz ter a política monetária por objetivo incentivar a formação de capitais, ressalta que “há uma frase um tanto perigosa na proposta do Dr. Roberto Simonsen, quando diz que a política monetária tem por fim incentivar a formação de capitais”. Simonsen intervém afirmando que “esta é uma das finalidades”. Bulhões continua: “uma finalidade perigosa, porque se pode daí depreender que o Banco, por um motivo qualquer, facilitará o crédito, para incentivar essa indústria, exatamente em condições de produtividade técnica condenável”. Defende-se Simonsen dizendo que “existe, esparsa pelo Brasil, uma quantidade enorme de pequenas economias, que não se pode transformar em capitais produtivos, justamente porque está esparsa. Aconselha-se, então, uma política mais intensa de drenagem”<sup>44</sup>. Para Bulhões, essa afirmação diz mais respeito à política bancária, e Simonsen completa afirmando que esta se encontra em política monetária.

No final, a conclusão é aprovada basicamente com as alterações sugeridas por Simonsen, ficando assim redigida: “a política monetária deve ser orientada de modo geral, dadas as condições do meio brasileiro, no sentido de incrementar a eficiência das atividades

---

<sup>42</sup> Idem, op. cit., p.460.

<sup>43</sup> Idem, op. cit., p.461.

<sup>44</sup> Idem, op. cit., p.463.

econômicas e a encaminhar as economias para os investimentos produtivos”<sup>45</sup>. O que confirma, de acordo com Corsi, “que as forças concentradas em torno de Simonsen e de outros líderes das burguesias comercial e industrial eram majoritárias, mas também indica a existência de um grupo próximo de um modelo liberal de desenvolvimento econômico, do qual Eugênio Gudim era um dos principais representantes”<sup>46</sup>.

Na 5ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro às 21h, quem assume a Presidência é o segundo Vice-Presidente, Daniel de Carvalho. Nessa Sessão, os primeiros debates serão referentes à Comissão I, presidida por Roberto Simonsen, para sua finalização. Em geral, as conclusões foram aprovadas com raras modificações, restando uma conclusão para ser analisada em separado pelo fato de causar dissenso, sendo ela a que se refere às pequenas e médias indústrias. Muitos se colocaram contra essa proposta por acreditarem que a grande indústria é aquela que oferece uma maior racionalização da produção, gerando uma diminuição dos custos e, conseqüentemente, uma queda nos preços.

Roberto Simonsen saiu em defesa dessa conclusão com argumentos bastante pertinentes. Revelou que esta proposta partiu dos grandes industriais, estando inclusive presente o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Euvaldo Lodi; no entanto, quem se posiciona contrário à essa proposta são justamente pessoas alheias à indústria. Simonsen, para sustentar a tese, se remete ao livro publicado por um sueco, intitulado “A Desintegração da Economia”, no qual ressalta o autor o mal da proletarização, causada pelas grandes indústrias, em que grandes concentrações de operários, obrigados a fazer um serviço extenuante e repetitivo durante muitos anos, incute-lhes a mentalidade de classe e o espírito de revolta. Considera também Simonsen que os Estados Unidos evoluíram da pequena e média indústrias e que o Presidente Roosevelt viu a necessidade de promulgar leis anti-trustes. Completa Roberto Simonsen dizendo que o Brasil possui 85.000 fábricas e quanto mais se disseminarem as fábricas, mais oportunidades se oferece aos brasileiros de obterem melhor padrão de vida, um padrão de vida médio superior ao dos operários. Finalizando, chama a atenção para o perigo de uma grande indústria se instalar no país e aniquilar várias pequenas e médias indústrias. A partir dessa constatação, deixa uma pergunta no ar: isso seria vantajoso apenas pelo fato de baixar o preço dos produtos?<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Idem, op. cit., p.469.

<sup>46</sup> CORSI, op. cit., p.143.

<sup>47</sup> Anais do Primeiro Congresso de Economia, Volume 2, op. cit., p.491-501

A conclusão foi aprovada com um substitutivo de Jurandir Pires Ferreira, aceito prontamente por Simonsen, por considerá-lo atender ao principal objetivo da FIESP, ficando assim aprovada esta conclusão: “que se estimule, de preferência, por todos os meios, a disseminação da pequena e média indústrias no país, protegendo-a contra a eventual ação de grandes centralizações industriais”<sup>48</sup>.

\*\*\*

O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia é um marco no processo de desenvolvimento da economia brasileira, com uma participação intensa de vários setores da sociedade que, de fato, se encontravam receosos com o caminho a ser seguido pelo Brasil no período que se anunciava e propunham medidas econômicas a serem seguidas pelo governo após o conflito bélico. Os defensores de uma maior intervenção do governo na economia, de uma política industrialista coerente e protecionista<sup>49</sup>, liderados por Roberto Simonsen, foram os vitoriosos nas aprovações das teses finais do Congresso, muito embora, os defensores de uma política liberal marcassem presença, liderados por Eugênio Gudin<sup>50</sup>.

A discussão ocorrida no Primeiro Congresso de Economia, não se encerra com o fim do Congresso, pois os dois grandes nomes do Congresso, Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, irão, de certa forma, continuar o debate no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, e na Comissão de Planejamento Econômico, onde cada um exporá as formas de o Brasil se desenvolver. Simonsen defenderá uma política amplamente intervencionista por parte do Estado, onde este ampare a indústria e também a agricultura, pois vê a

---

<sup>48</sup> Idem, op. cit., p.500.

<sup>49</sup> O caráter protecionista do Congresso se evidencia na Comissão de Circulação e Transportes presidida por Euvaldo Lodi, que reconhece e estimula a ampla participação do Estado brasileiro, no sentido de adotar uma política intensiva de estímulos às exportações e prioridades nas importações e considera que o Brasil deve adotar normas aduaneiras que amparem e estimulem sua industrialização, “recomenda que o regime aduaneiro mais conveniente ao país é o que deve amparar e estimular sua industrialização, mediante adequada proteção que coloque as atividades econômicas ao abrigo de concorrências desleais, ou de esmagamento, sem impedir a intensificação do comércio com as demais nações. As tarifas deverão sempre ser elaboradas com a audiência das classes interessadas, examinadas com o objetivo do fortalecimento da economia nacional, do aumento da renda nacional e da necessidade de estimular a produtividade”. *Anais Primeiro Congresso Brasileiro de Economia*, Volume 1, op. cit, p.159. Gudin colocou-se contra essa conclusão, contudo, não obteve êxito em sua argumentação e ela foi aprovada como definida na Comissão de Redação.

<sup>50</sup> De acordo com BALESTRIERO, “Gudin defendeu propostas liberais, em oposição à proposta majoritária e vencedora do Congresso, que propunha uma política de apoio à industrialização por parte do Estado, proposta por Roberto Simonsen. Liderou mesmo [Gudin], uma oposição às propostas que embasaram o relatório final do Congresso, de teor industrialista e intervencionista”. Geraldo Elvio BALESTRIERO. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH, p.85.

necessidade do desenvolvimento agrícola como um suporte para o desenvolvimento industrial. Em contrapartida, Gudín defenderá que o Estado já está participando demais da economia e, para justificar sua constatação, utilizar-se-á inclusive de Hayek, o qual condena qualquer participação do Estado na economia; defenderá que se deve proporcionar o desenvolvimento da agricultura como forma de o Brasil superar a situação de pobreza, atacará as indústrias, acreditando que elas utilizam-se demais do protecionismo e que, mesmo assim, não conseguem se desenvolver.

Apesar de as recomendações aprovadas no Congresso em sua maioria defenderem a industrialização como saída para o desenvolvimento nacional, possibilitando a elevação de nossa renda, isto não quer dizer que tenham sido postas em prática, mas marcam a posição de um setor que se encontrava organizado e que tinha clareza das novas demandas advindas como resultado da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Corsi, o Congresso denota:

“ter certos representantes da burguesia industrial e comercial razoável percepção da nova ordem internacional emergente, pelo menos no tocante às relações entre países industrializados e subdesenvolvidos. A defesa do livre-cambismo por parte dos EUA, atingiria diretamente seus interesses vitais. A industrialização não teria solução de continuidade sem uma política protecionista, como, aliás, foi proposto pelo congresso. Os tratados de comércio teriam que levar em conta este ponto fundamental”<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Idem, op. cit., p.158.

## BIBLIOGRAFIA

- Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos anos de 1947 – 1948 – 1949.* Rio de Janeiro: Departamento de Economia Industrial.
- Anais do I Congresso Brasileiro de Economia.* Volume 1, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1943.
- Anais do II Congresso Brasileiro de Economia.* Volume 2, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1944.
- Anais do III Congresso Brasileiro de Economia.* Volume 3, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1946.
- Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.* Diversas Atas.
- BALESTRIERO, Geraldo Élvio. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil.* São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudin: as controvérsias do neoliberalismo caboclo. *Revista de Economia Política.* v. 20. n. 4 (80), out.-nov. 2000.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo.* São Paulo: EDUC, 1996.
- CORSI, Francisco Luiz. *Os Rumos da Economia Brasileira no Final do Estado Novo (1942-45).* Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1991, p.132.
- CORSI, Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica.* São Paulo, 2 a 5 de Setembro de 2001.
- DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- GUDIN, Eugênio. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil (depoimento prestado pelo Sr. Eugênio Gudin perante a Comissão de Inquérito Econômico e Social da Assembléia Constituinte).* Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1946.
- GUDIN, Eugênio. *Capitalismo e sua Evolução.* Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1936.
- GUDIN, Eugênio. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- GUDIN, Eugênio. *Eugênio Gudin (depoimento, 1979).* Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980

GUDIN, Eugênio. *Para um Mundo Melhor: ensaio sobre problemas de após-guerra*. Rio de Janeiro – São Paulo: Civilização Brasileira, 1943.

GUDIN, Eugênio. Planejamento econômico. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano VII, nº 77, abril de 1951.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

HAYEK, F. A. V. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

HOLLANDA Fº, Sérgio Buarque. *Um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudín*. São Paulo: IPE/USP. Seminário nº 22/99-29.10.1999.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MALAN, Pedro. Et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MANOILESCO, Mihail. *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

PEREIRA, Antônio Horácio. *Imposto Sobre Lucros Extraordinários - comentários gerais: histórico, sistemas do tributo e legislação*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944.

RODRIGUES, C. H. L. Revisitando o Protecionismo de Friedrich List. In: *II Conferência Internacional de História Econômica, V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. Brasília - UNB, 23 e 24 de setembro de 2010.

RODRIGUES, C. H. L. Eugênio Gudín e o Liberalismo para o Desenvolvimento Econômico. In: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, IV Encontro de Pós Graduação em História Econômica e II Conferência Internacional de História Econômica*. São Paulo - USP, 3 a 5 de Setembro de 2008.

RODRIGUES, C. H. L. Roberto C. Simonsen e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. In: *I Conferência Internacional de História Econômica e III Encontro Nacional de Pós-Graduação em História Econômica*. Campinas - UNICAMP, 6 e 7 de Setembro de 2006.

RODRIGUES, C. H. L. O Protecionismo Científico de Mihail Manoilescu. In: *Revista Científica da Faculdade Fênix*, v.1, 2006.

SIMONSEN, Roberto. A Planificação da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SIMONSEN, Roberto. Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial (Conferência Pronunciada a 8



de outubro de 1943 no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: \_\_\_\_\_. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: 1958.

SIMONSEN, Roberto. Congresso Brasileiro da Indústria. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2, p.12-13.

SIMONSEN, Roberto. O Planejamento da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.